

O ABORTO

Apresentação

O Zola da Praia Grande: Figueiredo Pimentel e o naturalismo

O ano de 2014 marca o centenário da morte de Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), escritor fluminense de atuação destacada nas cenas literária e jornalística do Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910, nos primórdios da república. A ocasião é propícia para revisitar a obra de um autor esquecido, praticante de vários gêneros de escrita: poesia, conto, novela, crônica, teatro, folhetim, romance e destacadamente a literatura infanto-juvenil, da qual ele foi um dos introdutores no Brasil, sempre com grande sucesso de público.

Em meio a essa profusão de gêneros e modos de escrita, uma faceta pouco conhecida de Figueiredo Pimentel é a de *autor de romances naturalistas*. Sua reputação de adepto da estética lhe trouxe fama (e infâmia), dando origem à expressão o “Zola da Praia Grande”, como era conhecido, em referência a Émile Zola (1840-1902), mestre do naturalismo na França, e ao antigo nome da cidade de Niterói, onde ele começou a carreira de escritor no final da década de 1880, embora fosse natural de Macaé (RJ).

Morto aos quarenta e cinco anos por um câncer digestivo, Figueiredo Pimentel era da mesma geração de escritores reconhecidos do período, como Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Neto (1864-1934), Pardal Mallet (1864-1894), Adolfo Caminha (1867-1897) e Euclides da Cunha (1866-1909). Eles tinham vinte e poucos anos por ocasião do fim da escravidão legal (1888) e da deposição do imperador (1889) – eventos que contavam com sua simpatia, senão adesão militante. Aluísio Azevedo (1857-1913) era um pouco mais velho, mas era ligado política e artisticamente a essa geração. Eles formavam a primeira geração de escritores brasileiros impactados pela cultura materialista e científica do segundo oitocentos.

Na prosa de ficção, o romance naturalista era a forma dominante de se apropriar da cultura materialista. Dos escritores nascidos na década de 1860, quase todos exploraram os métodos e temas da ficção

naturalista para simbolizar os anos turbulentos da crise do Brasil imperial e da primeira década republicana. Obras como *Miragem* (1895) e *Turbilhão* (1906) de Coelho Neto, *Lar* (1888) de Pardal Mallet, *A carne* (1888) de Júlio Ribeiro (1845-1890), *A normalista* (1893), *Bom-Crioulo* (1895) e *Tentação* (1896) de Adolfo Caminha, além do clássico *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e o seu menos apreciado *O homem* (1887), são alguns romances naturalistas do período.

Além de estarem inseridos nos debates e polêmicas da época, esses romances tinham em comum a enunciação direta e franca tomada do discurso científico, que evitava julgar; a preferência por retratar personagens das camadas média e baixa da sociedade; o investimento na descrição em prejuízo da narração e do “romanesco”, que eram atenuados; e um sentimento de desilusão que engendrava ficções sobre o fracasso, a fisiologia, o banal, o desamparo e a incompletude.

Embora compartilhassem características e preceitos estéticos comuns, os escritores naturalistas não eram um grupo coeso. Coelho Neto, Pardal Mallet e Aluísio Azevedo formavam o grupo dominante, com espaço nos jornais de maior prestígio e acesso facilitado aos editores. Eles foram amigos por toda a vida e muitas vezes compartilharam a mesma casa. Cada um, entretanto, se apropriava do naturalismo de um modo próprio. Pardal Mallet entendia a estética como “relato da vida comum”, sem vocabulário científico, enquanto Aluísio flertava com o evolucionismo. Já para Coelho Neto, o escritor mais profissional de sua geração, o naturalismo era apenas um dos estilos que tinha à disposição, praticado por ele na tradição do “romance sobre o nada”, de Gustave Flaubert (1821-1880).

Adolfo Caminha via sua obra como tributária do “romance experimental”, na esteira de Zola, mas achava que o vocabulário científico não tinha lugar na literatura e o determinismo biológico era um fato relativo. Ele veio de Fortaleza para o Rio de Janeiro em 1893, mas até sua morte quatro anos depois, por tuberculose, permaneceu um escritor isolado. Apesar do sucesso de escândalo de *Bom-Crioulo*, seu romance sobre um marinheiro negro e gay, Adolfo Caminha era um *outsider*. Sua obra foi esquecida depois de sua morte até pelo menos a década de 1950, quando Lucia Miguel Pereira a reabilitou.

Embora morasse em Niterói no início da carreira, Figueiredo Pimentel convivia na capital com Coelho Neto, Bilac, Pardal Mallet e

Aluísio Azevedo em reuniões literárias, redações de jornais, aniversários e enterros, mas também não era da “tribo”. Como Caminha, ele chegou tarde à cena literária da capital, quando as melhores colocações nos jornais (e na estima dos grandes editores) já estavam ocupadas. Fazia doze anos que Aluísio Azevedo publicara *O mulato* no Maranhão, e três que publicara *O cortiço* pela prestigiosa Livraria Garnier, no Rio. Muitos achavam que as fórmulas do naturalismo estavam esgotadas.

Era um diagnóstico precipitado, que ignorava o potencial do romance naturalista como produto erótico. Em 1890, o Rio de Janeiro abrigava meio milhão de habitantes, seis livrarias e oito teatros. O fim de século foi um período de instabilidade jurídica e monetária, de sedições intransigentes (como a Revolta da Armada em 1893), estados de sítio na capital, repressão ocasional à imprensa e aos intelectuais. Ao mesmo tempo, a cidade crescia, assim como crescia o número de periódicos, o mercado editorial e o público leitor. A taxa de analfabetismo na cidade do Rio de Janeiro na primeira década republicana — em torno de 50% — era a mais baixa do país, garantindo dezenas de milhares de leitores potenciais.

Confundido com a pornografia, o romance naturalista era um produto em demanda numa sociedade recém-liberada das amarras da escravidão e da monarquia. A sexualidade e a intimidade corporal dos romances naturalistas podiam facilmente ser apropriadas pelo leitor como meio de excitação sexual. Não importava que os escritores naturalistas dissessem que seus livros eram “estudos” e não tinham esse fim. O fato é que as obras eram anunciadas, vendidas e lidas como histórias sobre sexo. As boas vendas do romance naturalista, na França e no Brasil, resultavam dessa percepção.

Desde cedo Figueiredo Pimentel tratou de ocupar os espaços disponíveis para um aspirante a “homem de letras”. Aos dezoito anos já se destacava na organização de saraus literários em Niterói, em benefício da Biblioteca Municipal. Aos vinte e dois proferia conferências sobre assuntos do momento, como “a carestia dos gêneros alimentícios”. Aproveitando-se do período de liberalidade da crise do sistema monárquico, firmou sua reputação como crítico destemido no jornal *Província do Rio*, de Niterói, na coluna “Entre as X e as XI”, muito lida e comentada, que assinava com o pseudônimo de “Chico Botija” (ver a seção DOCUMENTOS).

Foi no *Província do Rio* que em 1889 Figueiredo Pimentel publicou em folhetim o romance *O artigo 200*, com o pseudônimo de Albino Peixoto. Fazendo referência ao artigo do Código Penal do Império que criminalizava o aborto, a obra contava a história de Maricota, uma jovem de dezessete anos de modestas posses, natural de Rio Bonito (RJ) e moradora do bairro de Icaraí, em Niterói. Maricota era uma moça avançada entre seu grupo de amigas, lia romances naturalistas franceses e sentia-se confortável com o próprio corpo e com a sexualidade. Ao final ela engravidava e morria ao tentar um aborto com a ajuda do primo, que era farmacêutico e pai da criança.

Supostamente verídico, o caso era narrado com uma franqueza inaudita no romance brasileiro. O folhetim causou tanto escândalo que o *Província do Rio* se viu obrigado a interromper a publicação antes do final da história. Houve cancelamentos de assinaturas e a redação foi inundada por cartas de reclamação. Só em 1893 Figueiredo Pimentel lograria publicar a obra completa em formato de livro, com o título sensacionalista de *O aborto*, pela Livraria do Povo, do Rio de Janeiro. O romance fazia referências explícitas à urina, à menstruação e ao sexo, assim como reivindicava, tanto no prefácio quanto no corpo da obra, filiação ao naturalismo e ao romance de Zola. Anunciado nos jornais como “romance naturalista” ou “romance realista” (a distinção não era obrigatória), a obra obteve sucesso imediato.

A passagem pelo *Província do Rio* foi o início de uma longa carreira no jornalismo. Do final da década de 1880 até o ano de sua morte, o nome de Figueiredo Pimentel aparece associado a variados impressos, entre os quais os periódicos *Arcádia*, *Vera Cruz*, *Revista do Brasil*, *Brasil Moderno* e *Revista Contemporânea*. O escritor foi correspondente das revistas francesas *Je sais tout* e *Mercure de France*, assim como do jornal parisiense *Excelsior*. Na grande imprensa carioca, foi colaborador de *O País*, que competia com a *Gazeta de Notícias* pelo título de melhor jornal da cidade, além de *O Diário de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Correio da Tarde*, *O Século* e *Folha da Tarde*. No jornal vespertino *A Notícia*, assinou durante anos a coluna “Pequenos Ecos”, sobre as novidades artísticas da cidade.

A partir de 1906 Figueiredo Pimentel assumiu a coluna “O Binóculo”, na *Gazeta de Notícias*, o jornal mais “literário” da capital, onde escreviam Bilac e Machado de Assis. Assinando os textos com o pseudônimo de “Petrônio Carioca”, o escritor capitalizou, com grande

êxito, sobre as ideias de civilização e modernização desencadeadas pelas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos. Por ocasião de sua morte, era reconhecido na grande imprensa como o árbitro do bom gosto, o “chefe do *smartismo* carioca”, na expressão da época – uma reputação bastante diversa da fama de autor pornográfico do “Zola da Praia Grande”, no início da carreira.

Durante os anos em que explorou a ficção naturalista, associada à imoralidade e ao chamado “romance para homens”, Figueiredo Pimentel participava de outros empreendimentos editoriais de Pedro da Silva Quaresma, como a “Biblioteca Infantil” e a “Biblioteca Juvenil”, voltadas ao leitor jovem – o que era uma novidade no Brasil de 1890. Eram projetos concomitantes, sugerindo que Figueiredo Pimentel se via como um escritor profissional, capaz de executar o trabalho da escrita em novos contextos e modalidades, afastando-se do imaginário romântico que via a escrita como um dom e a eleição estética como uma vocação. No mesmo ano da publicação de seu segundo romance, *Um canalha* (1895), publicou *Contos da Carochinha*, que reunia “61 contos populares, morais e divertidos de diferentes países”, recolhidos, traduzidos e reescritos por ele para a “Biblioteca Infantil” da Livraria do Povo.

A partir de 1897 Figueiredo Pimentel afastou-se do naturalismo, possivelmente por entender que seria mais vantajoso para a imagem de um autor com vinte e oito anos, ainda em início de carreira. Em 1899 a Livraria do Povo anunciava que estava no prelo uma espécie de tratado moral romanceado escrito por ele, com o título de *Filha, esposa, mãe e avó*, descrito nas chamadas dos periódicos como um “livro piedosíssimo, compêndio de virtudes, religião e caridade”. Era o mesmo autor a quem o escritor Carlos de Magalhães Azeredo (1872-1963), com ironia, numa resenha demolidora de *O aborto* (ver a seção DOCUMENTOS deste volume), sugerira homenagear com uma estátua na rua Sete de Setembro, onde se concentravam os prostíbulos da cidade.

Mas é possível que a ambiguidade associada à sua “assinatura literária” tenha durado muitos anos. Em notas na imprensa da época, o nome de Figueiredo Pimentel aparece sempre como autor de literatura infanto-juvenil e de romances naturalistas, além de muitos outros escritos. Ele era visto como um polígrafo com tremenda capacidade de trabalho, como se vê numa nota simpática no jornal *Gazeta da Tarde* de 28 de janeiro de 1898, que reproduzimos integralmente a seguir:

FIGUEIREDO PIMENTEL

No Caleidoscópio de *A Notícia*, na Palestra de *O País*, e em folhetim da *Gazeta da Tarde*, Agenor de Roure, Artur Azevedo e Orlando Teixeira citam o nome de Figueiredo Pimentel como um dos mais operosos escritores brasileiros.

Para que se faça justa ideia da atividade intelectual desse nosso colega, basta saber-se que, tendo dado a lume da publicidade o seu primeiro livro, em 23 de março de 1893, até hoje, em menos de cinco anos, por conseguinte, fez aparecer os seguintes volumes:

LIVROS PARA CRIANÇAS	1, 2, 3. <i>Contos da Carochinha</i> , em 3 edições inteiramente diversas umas das outras, constituindo, pois, três livros; 4. <i>História da baratinha</i> ; 5. <i>História da avozinha</i> ; 6. <i>História de fadas</i> ; 7. <i>Álbum das crianças</i> ; 8. <i>O livro das crianças</i> ; 9. <i>Os meus brinquedos</i> ; 10. <i>O castigo de um anjo</i> ; 11. <i>Teatrinho infantil</i> .
POESIA	12. <i>Fototípias</i> ; 13. <i>Livro mau</i> ; 14. <i>Grito de guerra</i> ; 15. <i>Amor</i> ; 16. <i>Carmen</i> .
ROMANCES	17. <i>O Alberto</i> (sic); 18. <i>Suicida</i> ; 19. <i>Um canalha</i> ; 20. <i>O terror dos maridos</i> .
LIVROS POPULARES	21. <i>Manual do namorado</i> ; 22. <i>O livro da bruxa</i> .

Como se vê são 22 volumes, escritos e publicados em menos do que cinco anos.

Além desses publicou *O clube da morte*, em folhetim na *Cidade do Rio* e vendeu um livro à casa Garnier (no prelo) e três outros a J. Cunha & C., que os não publicaram ainda.

Somam, ao todo, 27 obras!

Mas ainda atualmente estão a se imprimir, por conta dos editores Quaresma & C., os seus trabalhos: *O fisionomista*, livro popular; *Dona Morte*, versos e tesouro da infância, para crianças: 30 livros!

Nesse período (e a maior parte do tempo tem passado enfermo) Figueiredo Pimentel foi redator de *O País*, colaborador de *O Diário de Notícias*, *Correio da Tarde*, *O Século* e *Folha da Tarde*, não citando muitos jornais e revistas dos estados; exerceu o magistério particular; encarregou-se de causas e procurações; e é funcionário público.

Agora trata ele da feitura de um livro de crônicas e artigos; reúne versos para outro volume; refaz *O morto* e *O clube da morte*, que vão ter novas edições; escreve um romance, por enquanto... segredo.

Já é trabalhar!

Isso valer-lhe-á aplausos. Compensa a perversidade. Muita gente ao ler esta notícia, dirá do Pimentel: é o homem dos sete instrumentos da literatura nacional!

E é mesmo.

Como se vê, o “Zola da Praia Grande” era apenas um aspecto de um escritor multifacetado. E até o naturalismo de Figueiredo Pimentel era desigual. Se em *O aborto* ele havia assumido um vínculo mais forte com Zola e se atreveu a descrever um pênis ereto, em *Um canalha*, *Suicida* e *O terror dos maridos* ele retirava o sexo do centro de interesse das obras e passava a focalizar a banalidade e a desilusão, que também apareciam no romance de estreia. Seria uma maneira de se afastar da fama de autor pornográfico sem abandonar o naturalismo.

O pensamento científico aparecia como pano de fundo de romances desiludidos que terminavam com o suicídio do protagonista, com em *Um canalha* e *Suicida*, sendo que, neste último, era o próprio narrador que se matava, de modo que a narrativa era uma carta de despedida que explicava e contextualizava a decisão. A herança genética – o “mau sangue” da mãe louca – era uma das razões que levava Domingos Pacheco, o narrador, a pôr fim à vida. Em *O terror dos maridos*, o título era uma ironia. O protagonista Paulo Gurgel tinha fama

de ter sido amante de muitas mulheres casadas da aristocracia carioca, mas era incapaz de seduzir qualquer pessoa, paralisado por ataques de ansiedade sempre que uma mulher rica se aproximava dele. Na última cena do romance, antes de explodir em frustração por ter fracassado outra vez, ele se masturba na rua, ao lado do muro de um palacete em Laranjeiras, bairro nobre da cidade.

No naturalismo de Figueiredo Pimentel, tão importante quanto o pensamento científico era o vínculo com os gêneros jornalísticos: o folhetim, a crônica e a reportagem. Como outros escritores do período, ele era essencialmente um homem da imprensa engajado com a realidade em transformação ao redor. Tanto *O aborto* quanto *Suicida* foram escritos *au jour le jour* para serem publicados nos jornais. Eles traziam a marca de obra escrita às pressas, destinada a informar, entreter e fidelizar leitores. Baseados em fatos reais, como alegava Figueiredo Pimentel a respeito de *O aborto* e *Um canalha*, os romances podiam ser lidos como longas reportagens (ou crônicas) policiais. Eram narrativas curtas, que não passavam de duzentas páginas, vendidas ao preço módico de dois mil réis, ao mesmo tempo notícia e ficção, como os folhetins, mas também, como os romances naturalistas, baseadas na observação direta da vida em sociedade.

O aborto foi um dos maiores êxitos editoriais da década de 1890, com vendas em torno de sete mil exemplares em poucos meses — uma façanha que poucos romances do período lograram realizar, certamente não *O cortiço* e nem *Bom-Crioulo*. Daí a importância da reedição do romance, mais de cento e vinte anos depois do aparecimento de sua primeira e única edição.

Leonardo Mendes

Coleção Os pequenos naturalistas

COORDENAÇÃO:

Leonardo Mendes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Nos últimos cinquenta anos, os estudos literários encamparam a reflexão sobre o cânone e suas margens. A história da literatura é feita de inclusões e exclusões que, frequentemente, encobrem critérios extraliterários. No passado, uma obra podia ser ignorada porque o autor era negro e outras podiam ser desqualificadas porque as autoras eram mulheres.

Menos óbvias foram as exclusões por critérios literários. É o caso do naturalismo que, na segunda metade do século XIX, foi acusado de não ter qualidade literária. Contaminado pelo discurso científico – pensava a crítica –, o naturalismo não fazia boa literatura. Alguns escritores, como Émile Zola na França e Aluísio Azevedo no Brasil, foram absorvidos pelo cânone. Mas outros foram ignorados pela historiografia por praticarem uma ficção fora da definição da boa literatura. Havia ficções naturalistas ligadas aos modos de produção da civilização do jornal, que dialogavam com a pornografia, focavam o banal e descreviam mais do que narravam.

A coleção *Os pequenos naturalistas* pretende resgatar textos de escritores considerados “menores” ou que desapareceram das páginas da história. Chamamos esses escritores de “pequenos” como forma de descrever e ao mesmo tempo problematizar o espaço ocupado por esta literatura. Trata-se de trazer à baila as qualidades e as “incorreções” de uma literatura inovadora, porém rejeitada pela crítica e esquecida pelos leitores.

Prefácio indispensável

É curiosa a história de *O aborto*.

Escrito por aposta, no curto prazo de dez dias (16 a 25 de junho de 1889) quando o autor ainda não tinha vinte anos, começou a ser publicado sob o título – *O artigo 200* – na *Província do Rio*, periódico trissemanal que houve em Niterói.

Ao cabo de meia dúzia de números, em vista de reclamações diárias sem conta, devolução de assinaturas, cartas anônimas, etc., a redação julgou bom mudar palavras, suprimir cenas e descrições e, mais tarde, suspender-lhe a publicação. E, nesse tempo, como fora primitivamente escrito, achava-se expurgado dos vocábulos que pudessem malsoar aos castíssimos ouvidos dos pudicos leitores da praia... Grande! Muito mais resumido do que hoje aparece.

Vi-me forçado a acabá-lo, bruscamente, em vinte minutos, de um modo cômico, estapafúrdio, estúpido.

A esse respeito, no número imediato, escrevi o seguinte:

O ARTIGO 200

“Anunciando a publicação de *O artigo 200*, em folhetins, a redação desta folha chamou-lhe de “pequeno romance ou novela pertencente ao gênero denominado – naturalismo”. No entanto, o último capítulo, des-toando dos antecedentes, terminou a obra... romântico-tragicamente. O final foi o que se chama em *argot* de bastidores, um tiro.

Nana, *O crime do padre Amaro*, *O homem*, não podem ser publicados em um jornal que penetra no seio das famílias. Publique-se então *Vicentina*, de Macedo; *Lucíola*, de Alencar; *Os dramas do adultério*, e toda a *moral* literatura romântica.

Os noticiaristas podem escrever sobre o crime do padre Galdi;* venha à arena da pilhéria salgada e apimentada a *seta* do *Souvenir*;* leiam-se as descrições do serralho de Salomão; as crianças decorem a Ave-Maria e meditem sobre o dogma da virgindade da mãe de Jesus: mas repila-se *A morte de D. João*, *O primo Basílio*, *O artigo 200* como imorais, devassos e perniciosos.

* Reportava-me a fatos então recentes.

Por quaisquer motivos que não vêm ao caso, o proprietário desta folha achou conveniente suprimir alguns trechos, capítulos e toda a conclusão.

Fui obrigado a terminar a novela do modo que saiu impresso, diferente do que projetara e escrevera. Baseava-se o seu desfecho no art. 200 do código criminal.

Não perderam com esse final os leitores do Sr. Xavier de Montépin, que querem um enredo intrincado e comovente, um fim qualquer. Antes pelo contrário...

Agora, os que leem literatura e esperavam cenas verdadeiras, descrição completa dos fatos naturais, estudo psicofisiológico dos caracteres observados, hão de ler *O artigo 200* – edição correta e aumentada – muito breve, em volume.

Salva assim a minha responsabilidade literária, assino-me ainda com o pseudônimo adotado.

Albino Peixoto”

* * *

Só hoje posso cumprir tal prometimento, publicando-o em livro.

Sei que a muitos vou ofender. *O aborto* não é uma fantasia: é a narração de um fato passado em Niterói, que várias pessoas conhecem. Vivem ainda quase todos os seus protagonistas: estudei-lhes as individualidades, como soube e como pude fazer.

A paisagem também não podia deixar de ser exata. Sob pena de antiprobidade literária, não me era permitido inventar cenários, cognominar ruas, etc.

Não tenho por objetivo magoar quem quer que seja.

PÚBLICO!

Morde-me a mim e ao meu livro com toda a tua hidrofobia; lança-nos os teus insultos e as tuas fezes; calunia-nos; fere-nos!

Figueiredo Pimentel.

I

Joaquim Pinheiro Rodrigues completou trinta e dois anos no dia em que se casou com d. Guilhermina Pinheiro Cardoso, sua prima em terceiro grau, filha única de Sebastião Antunes Cardoso, boticário no Rio Bonito.

Nascido nessa pequena vila fluminense, nela residiu até completar os dezenove, quando, resolvido a fazer pela vida, partiu para a Corte, onde se empregou no comércio.

Durante doze anos quase, esteve no ramerrão diário e monótono da existência do caixeiro, fazendo parte do pessoal da casa Guimarães, Peixoto & Vieira, negociantes de carne-seca, estabelecidos com grande armazém à rua dos Pescadores.¹

E pretendia conservar-se ali, nos mesmos hábitos e tarefa de todos os dias, sem se preocupar absolutamente com o futuro, quando recebeu uma carta urgente, noticiando que o pai enfermara de súbito, muito grave.

Era o tio Cardoso quem escrevia:

“... Enfim, Quincas, talvez você não o veja mais. Pobre do Caetano, coitado! Já perdeu a fala e não conhece ninguém...”, finalizava o Cardoso da botica.

Joaquim pediu, pois, uma licença, “coisa de duas semanas, se tanto”, disse aos patrões, e embarcou para o Rio Bonito.

Dois dias depois morria o velho.

Compreendeu que lhe era necessário demorar-se durante algum tempo, pelo menos enquanto corresse o inventário e mais coisas inerentes aos negócios da pequena herança que tinha a receber.

Ele e o Manduca eram os únicos filhos de Caetano da *Roça Velha*, como todo mundo conhecia e chamava o Manuel Caetano Rodrigues.

O irmão, muito mais idoso, nascido perto de nove anos antes dele, fixara residência em Campos, desde longa data. Aí constituía família,

¹ Desde 1869 esta rua passou a se chamar Rua Visconde de Inhaúma.

já tendo quatro filhos, cujo mais velho, o Mário, estava com três anos, pela morte do avô.

Manuel Pompílio, não podendo vir ao Rio Bonito, escreveu ao Quincas enviando-lhe uma procuração bastante para que tratasse de todas as formalidades relativas ao inventário.

Foram pouquíssimos os haveres deixados pelo Caetano: apenas a *Roça Velha* e quatro escravos moços e fortes, acostumados ao serviço da lavoura.

Depois de inúmeras idas e vindas ao cartório, ao advogado e ao juiz, auxiliado pelo seu amigo Sebastião Almeida, e, sobretudo, pelo tio Cardoso, Quincas conseguiu liquidar os negócios da melhor forma possível.

Mais tarde, decorridos três meses, tendo encontrado comprador para o sítio, não se sentindo com vocação alguma para fazendeiro, vendeu-o por seis contos, remetendo ao Manduca a sua parte, conjuntamente com os dois negros, conforme ele mandara pedir de Campos, numa carta em resposta às suas consultas.

Resolveu então regressar para o Rio de Janeiro, escrevendo nesse sentido aos patrões. Mas o Vieira, um dos sócios, mandou dizer que a licença fora apenas por quinze dias e que ao cabo de um mês o lugar estava preenchido. Comunicava ainda que ele tinha à disposição um saldo de um conto e duzentos dos seus ordenados vencidos, “avisando em tempo que, como é de praxe comercial, esse dinheiro não vencia juros.”

“– O Vieira que se fornecasse e mais o Guimarães e o Peixoto”, disse de si para si o ex-caixeiro, rasgando a carta. “Mais tarde mandarei buscar o cobre. Também foi uma felicidade, pois que aquela casa de galegos para nada serve, nunca passando eu de caixeiro, se ali continuasse”, acrescentou.

Em vista disso, resolveu ficar na vila, projetando estabelecer um pequeno armazém de secos e molhados, bem sortido.

“– Hei de me fornecer na Corte”, pensava, “talvez lá mesmo, na rua dos Pescadores, porque, a falar verdade, a casa é forte e os gêneros são bons. Só assim poderei competir vantajosamente com toda esta súcia de candangos safados e burros, que vão enriquecendo pouco e pouco, roubando vintém por vintém, sem ter no entretanto os meus conhecimentos e prática do importante comércio da Corte. Hão de ver, canalhas!”

Com o dinheiro apurado na venda da *Roça Velha*, os dois molesques e o saldo que tinha na casa da rua dos Pescadores – reservado para maior de espadas –, podia considerar-se remediado, “um bom começo de vida”, dizia-lhe o boticário.

– Agora, toca a trabalhar com afinco, *seu Rodrigues*”, monologava mentalmente, animando-se, esperançado. “Nada de molezas, que em breve estarás milionário!”

Indolente por natureza, relaxado, sem energia própria, de caráter fraco, obedecendo inconscientemente a toda e qualquer sugestão que lhe era transmitida, fosse por quem fosse, o filho do Caetano julgava-se predestinado para grandes cometimentos futuros, altas empresas ruidosas, dando que falar de si.

– Ninguém tem mais força de vontade do que eu!”, costumava dizer. “Querer é poder – eis a minha divisa. *Audaces fortuna juvat!*”

Ideava os mais extravagantes sonhos de riqueza, meios fáceis e rápidos de ganhar dinheiro, correndo-lhe tudo às mil maravilhas, ambicionando vir a ser um dia capitalista, dono de importantíssimas casas comerciais, banqueiro forte como o Souto, lidando com fabulosas quantias.

Toda a questão para ele se resumia em ter audácia, ser empreendedor, aventurar-se afoitamente. Repetia sempre que qualquer ramo de comércio era bom para fazer fortuna, desde que houvesse critério e tenacidade.

Tudo isso, porém, não passava de teorias que jamais executava, nem podia pôr em prática. No momento preciso de agir, operava-se o fenómeno justamente contrário. A volubilidade de seu gênio e a inércia faziam-no desprezar de um momento para o outro aquilo que acabara apenas de encetar, cheio de esperança e animação, já pensando em coisas diversíssimas, já aborrecido e desencorajado.

Deixava-se enganar com a máxima facilidade, dando ocasião a que explorassem a sua ingenuidade e boa-fé. Quase todos os dias eram-lhe propostos vários negócios, sabendo-se que possuía uma pequena fortuna.

Ora ofertavam-lhe para comprar terras estéreis ou cansadas – vendas sem mantimentos nem freguesia; ora escravos doentes e imprestáveis; e ainda outros mais.

Os proprietários, procurando burlá-lo por todos os meios possíveis, gabavam as excelências, as vantagens, a ocasião única do ofereci-